

Após crise provocada por intervenção na Petrobras, Bolsonaro entrega ao Congresso MP para privatizar Eletrobras

Equipe econômica tenta demonstrar compromisso com agenda de privatizações após mudanças na Petrobras

Manoel Ventura, Geralda Doca e Gustavo Maia

23/02/2021 - 17:52 / Atualizado em 24/02/2021 - 07:46

BRASÍLIA — Após a crise provocada na Petrobras, o presidente Jair Bolsonaro entregou ao Congresso Nacional, na noite desta terça-feira, uma medida provisória (MP) para acelerar a privatização da Eletrobras.

Como antecipou o GLOBO, a proposta foi editada como forma de sinalizar compromisso com a agenda de privatizações defendida pelo ministro Paulo Guedes no momento em que a pauta liberal é questionada por causa da intervenção de Bolsonaro na Petrobras — que determinou a troca de comando na estatal na semana passada.

A medida é uma forma de acelerar a apreciação da privatização pelo Congresso, cujo aval é necessário para a venda de estatais, mas principalmente serve para Bolsonaro sinalizar que mantém compromisso com a visão liberal de Guedes para a economia. O ministro é visto como o principal derrotado pela intervenção na Petrobras.

O projeto de lei para a venda da Eletrobras enviado pelo governo ao

Legislativo em 2019 não avançou. A medida provisória, que passa a valer até a apreciação do Congresso, autoriza o governo a desenhar o modelo de privatização da Eletrobras. A venda do controle da empresa só pode ser concretizada se a MP for convertida em lei.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a MP pode entrar na pauta da Casa na semana que vem.

Afago público em Guedes

Nesta terça, Bolsonaro fez um afago em público em Guedes, no mesmo dia em que o conselho da Petrobras aprovou a convocação de uma assembleia para destituir o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, indicado pelo ministro. Guedes ainda não falou publicamente sobre a demissão.

A privatização da Eletrobras sofre forte resistência entre os parlamentares, mas o gesto de Bolsonaro nesta terça-feira é visto mais como uma tentativa de se contrapor à crise da Petrobras, cuja perda de quase R\$ 100 bilhões em valor de mercado em dois dias mostrou a insatisfação dos investidores com a intervenção na estatal.

Apesar de não haver sinais de que a venda da Eletrobras tem maioria no Congresso, a medida provisória foi entregue aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) em mãos pelo presidente.

Bolsonaro nega intervenção

Bolsonaro saiu caminhando do Palácio do Planalto em direção ao Congresso para entregar a medida.

Lira afirmou que a medida pode ser votada já na semana que vem:

— É o primeiro passo do que a gente pode chamar de Agenda Brasil. Privatizações, capitalização, investimentos. Uma pauta que andara no Congresso, junto com as reformas.

O presidente do Senado também elogiou o "gesto" do governo, mas ressaltou que o Congresso fará uma avaliação "crítica" da medida.

— Como todas as medidas provisórias, será dada pelo Congresso Nacional a devida atenção e o acompanhamento. É uma demonstração, um gesto, de respeito ao Congresso Nacional — disse Pacheco.

Bolsonaro afirmou que confia na aceleração do tema no Congresso:

— A Câmara e o Senado vão dar a devida urgência à matéria. A nossa agenda de privatização continua a todo o vapor. Nós queremos sim enxugar o Estado, para que a nossa economia possa dar a resposta que a sociedade precisa — disse Bolsonaro.

Capitalização bilionária

Ao se dirigir ao Congresso, Bolsonaro negou interferência na Petrobras. Quando questionado se comemorou o desempenho da estatal na Bolsa hoje, respondeu:

— Vocês (imprensa) desceram a lenha ontem, pô. Qual a intervenção que eu fiz que vocês desceram a lenha? Agora vem perguntar se eu comemorei?

O governo prevê uma capitalização da Eletrobras a ser estruturada se a medida for aprovada no Congresso.

O resultado da operação de venda de novas ações na Bolsa seria a diluição da participação da União, que perderia o controle sobre a estatal de energia.

O governo também aumentou a previsão de arrecadação com a venda da Eletrobras. A expectativa é arrecadar R\$ 25,5 bilhões para o Tesouro Nacional. Antes, a previsão era de R\$ 16 bilhões.

Outros R\$ 25 bilhões serão destinados para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Além disso, haverá destinação de recursos para a revitalização de bacias hidrográficas.

Com isso, a previsão é que a capitalização da empresa levante R\$ 61 bilhões.

Estratégia

A MP é uma tentativa do governo de sinalizar avanço na agenda de desestatizações, que não deslanchou em dois anos. O projeto para privatizar os Correios deve ser encaminhado ao Congresso nesta semana.

O texto da Eletrobras é semelhante ao projeto de lei que tramita no Congresso desde 2019, mas que não avançou — esse já era parecido com outra proposta, que estava na Câmara desde 2018. Uma MP tem viabilidade imediata e prazo máximo de 120 dias para ser votada por deputados e senadores — depois desse período, a proposta perde a validade.

Apesar da pretensão de propor a privatização por MP, o texto estabelece que a venda da companhia só ocorrerá após a aprovação do Congresso Nacional. A MP também já permite ao BNDES iniciar os estudos para a privatização, o que deve durar nove meses. Há uma avaliação de que esperar a aprovação de um projeto de lei poderia atrasar ainda mais o processo.

Como uma MP tem prazo para ser votada, a edição do texto também pressiona Câmara e Senado a discutir a privatização.

A minuta da MP traz poucas alterações na proposta de privatização que vinha sendo negociada com parlamentares, numa tentativa de reduzir as resistências.

Uma delas é destinar R\$ 230 milhões anualmente, por dez anos, para a revitalização das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das hidrelétricas de Furnas, subsidiária da Eletrobras com forte atuação em Minas Gerais.

Também prevê o pagamento de R\$ 295 milhões por dez anos para a “redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal”. E confirma um pagamento de R\$ 350 milhões anuais por uma década para a revitalização dos recursos hídricos da bacia do Rio São Francisco.

Os principais focos de resistência à privatização da Eletrobras estão em políticos das regiões contempladas com esses valores.

Golden share

O modelo de privatização prevê a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado, resultando na redução da fatia da União, de cerca de 60%, para menos de 50%. O governo manterá, segundo o

texto, a chamada golden share, ação especial que dará poder de veto à União em decisões estratégicas da companhia.

Para garantir que não haja controlador definido, nenhum acionista ou bloco de acionista terá mais de 10% dos votos.

Os ministros da Economia, Paulo Guedes; de Minas e Energia, Bento Albuquerque; e da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, acompanharam Bolsonaro.